

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7925 | Salvador, de 25.05.2020 a 28.05.2020

Presidente Augusto Vasconcelos



DESMONTE

**MP 936 não poupa
nem as gestantes**

Página 2

**Governo Bolsonaro
despreza os pobres**

Página 4

Triste verdade. Governo quer fatiar a Caixa



O governo Bolsonaro parece viver em um universo paralelo, alheio a tudo que tem acontecido no Brasil. Em meio à pandemia, segue o plano de privatização da Caixa. A equipe econômica avalia fazer a oferta inicial de ações da área de cartões. Mais um crime de lesa-pátria. Página 3

Mesmo em um cenário de crise, o governo Bolsonaro segue com o objetivo de desmontar a Caixa. Um crime

Bolsonaro persegue até gestante

Grávidas podem ter contratos e salários suspensos. É cruel

ANGÉLICA ALVES
imprensa@bancariosbahia.org.br

COM a Medida Provisória 936, até a trabalhadora gestante que possui direitos específicos previstos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) tem prejuízos graves à proteção e estabilidade no período de pandemia causada pelo coronavírus. Pode, inclusive, perder o salário maternidade.

Caso a gestante tenha o contrato de trabalho suspenso, os recolhimentos previdenciários, que são de responsabilidade do empregador, também deixam de ser repassados.

A MP 936, editada em abril pelo governo Bolsonaro, permite que as empresas façam acordos individuais para suspensão do contrato de trabalho, além



MP 936 impacta na estabilidade e na proteção das trabalhadoras gestantes. Bolsonaro não poupa ninguém

da redução do salário e jornada de trabalho, independentemente da condição dos empregados.

Diante da crise sanitária vivida pelo Brasil, é necessário manter a proteção da renda dos trabalhadores e não ignorar as normas específicas das gestantes.

MP 936 deve ser aprimorada

O TRABALHADOR brasileiro tem sido prejudicado com as medidas do governo Bolsonaro, em meio à pandemia causada pelo coronavírus. Como o Congresso Nacional deve apreciar a

MP 936 nesta semana, o texto precisa ser aprimorado pelos parlamentares para amenizar os danos à população.

Uma das soluções apontadas pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) é a ampliação da recomposição dos salários, hoje limitada a R\$ 1.813,03, o teto do seguro-desemprego. Outra emenda é a duração do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda seja ampliada, pois com o fim previsto em junho, as demissões devem aumentar.

Para o relator da proposta na Câmara Federal, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), ampliar a recomposição para até três salários mínimos para o trabalhador que tiver o contrato de trabalho suspenso seria o ideal.

O Dieese também defende que os sindicatos sejam incluídos nas negociações no caso dos trabalhadores que ganham até três salários mínimos, já que a MP permite negociação individual entre patrões e empregados para esta faixa salarial.

Indígenas terão direito a auxílio emergencial

O PROJETO de lei 1142/20, aprovado pela Câmara Federal, na quinta-feira, em votação virtual, estabelece o auxílio emergencial de R\$ 1.045,00 para as famílias indígenas durante o estado de calamidade pública causada pela Covid-19. O PL segue agora para o Senado.

Segundo o texto, as famílias não vão precisar realizar inscrição em cadastros sociais anteriores para receber o benefício. A medida vale para indígenas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas e povos de florestas. Também inclui os indígenas que residem fora das terras por motivos de estudos, traba-



Projeto de lei propõe a distribuição de itens de proteção contra a Covid-19

lho ou tratamento médico.

O PL prevê ainda outras ações para evitar a propagação do coronavírus nessas

populações, como um plano emergencial com medidas de saúde e a garantias de segurança alimentar.

Banco tenta manipular os empregados

O **NOVO** protocolo, anunciado pela Caixa no início da semana, induz o empregado a assinalar a informação de que “NÃO” pertence ao grupo de risco na declaração de Saúde – Covid-19. A orientação do movimento sindical é que o trabalhador não selecione esta opção inserida no documento.

Parece que o esforço dos empregados no trabalho diário na linha de frete nas agências nunca é suficiente. Ao empurrar a responsabilidade para os bancários, a Caixa mostra que não está preocupada com a saúde dos funcionários.

O governo insiste em fatiar a Caixa. Demais

A expectativa é abrir o capital da área de cartões. Em breve

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

NEM mesmo em meio à pandemia de Covid-19 o governo dá uma trégua e o desmonte da Caixa continua. A abertura de capital da Caixa Cartões deve ser antecipada e sair do papel antes da Caixa Seguridade. De acordo com o presi-

dente do banco, Pedro Guimarães, só vai depender da velocidade de retomada da atividade econômica após a crise.

Como a abertura de capital das duas companhias é apontada como prioridade, Pedro Guimarães disse que vai considerar se o ambiente é propício para a precificação das ações no mercado. Além de avaliar os impactos que o IPO da Caixa Seguridade poderia ter ante a operacionalização de suas *joint ventures* (associações entre empresas) em fevereiro de 2021. Outras duas parcerias devem ser anunciadas até o início de junho para o braço de cartões.

“Enquanto os empregados da Caixa se matam para ajudar no enfrentamento da pandemia, a direção do banco trama a sua privatização”, destaca o secretário geral da Federação da Bahia e Sergipe, Emanuel Souza.

Apesar de dizer que existe zero chance de abrir capital para vender as companhias a qualquer preço, o presidente do banco afirmou que o IPO [lançamento de ações no mercado de capitais] da Caixa Seguridade acontecerá primeiro, caso o país se recupere da crise sanitária até setembro.



A Caixa é o único banco 100% público do país. Se depender do governo vai para as mãos do mercado

Bradesco vai fechar postos nos hospitais de Salvador

O **BRADESCO** atendeu uma importante reivindicação do Sindicato dos Bancários da Bahia para tentar conter o avanço do coronavírus no setor e proteger a vida dos trabalhadores. A empresa garantiu que vai fechar, a partir de hoje, a unidade que mantinha no Hospital

Santo Amaro, em Salvador.

Com o fechamento, o banco encerra as atividades temporariamente em todos os hospitais da capital baiana.

O banco informou ainda que não tem uma data prevista para a retomada de atendimento nesses postos.

Caso de Covid no BB Cidade Alta

MAIS um caso de Covid-19 foi confirmado entre os funcionários do Banco do Brasil. Desta vez no edifício da Cidade Alta, em Salvador, no Escritório de Negócios Elevador Lacerda. Na sexta-feira, todos os bancários do prédio foram dispensados para que o local passasse por uma desinfecção, a fim de eliminar vestígios do vírus.

Os trabalhadores do Escri-

tório Elevador Lacerda não irão trabalhar nesta semana e o Sindicato dos Bancários da Bahia, aproveitando o feriado decretado pela Prefeitura e pelo governo do Estado entre os dias 25 e 28, solicitou a extensão da medida a todos os funcionários do prédio, tendo em vista que o edifício dispõe de ar-condicionado central, onde a disseminação do vírus pode ser maior.

As parcelas do Crediamigo são prorrogadas pelo BNB

EM UMA demonstração da importância dos bancos públicos durante a crise, o BNB prorrogou automaticamente o prazo de pagamento das parcelas do Crediamigo (Programa de Microfinanças Urbana) vencidas entre 19 de maio e 18 de junho, por conta da pandemia de Covid-19. Os valores serão cobrados 30 dias após o vencimento da última parcela.

Os clientes também podem optar pela revitalização do cré-

dito, que consiste em uma operação que regularize a situação e de outro financiamento que injete novo capital nos negócios, com 60 dias para pagamento da primeira parcela.

De 19 de abril a 30 de junho de 2020, a concessão de carência de até 30 dias da primeira parcela está mantida para novas operações, sejam contratações ou renovações de crédito. Ou seja, 60 dias para o início do pagamento.



O Crediamigo oferece crédito rápido para os microempreendedores

Danem-se os pobres

Bolsonaro governa só para os ricos. O ultraliberalismo leva à plutocracia. Inevitável

ROGACIANO MEDEIROS
imprensa@bancariosbahia.org.br

ENQUANTO libera R\$ 1,26 trilhão para o sistema financeiro, setor mais lucrativo da economia brasileira, disparadamente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ultraliberal raivoso, diz que só estende o pagamento do auxílio emergencial até o fim definitivo da pandemia, como querem os movimentos sociais e os partidos de oposição, se o valor for reduzido dos atuais e irrisórios R\$ 600,00 para míseros R\$ 200,00.

Pior que agora já não se tem certeza da possibilidade de reverter a situação no Congresso, como ocorreu na criação do auxílio emergencial, pois o Centrão passou a integrar a base governista e a tendência, logicamente, é fe-

char com a proposta de Guedes. O valor de R\$ 200,00 era quanto o governo Bolsonaro queria pagar quando o benefício foi instituído, por pressão de toda sociedade.

Só para esclarecer. As três parcelas do auxílio emergencial para 79,9 milhões de brasileiros somam R\$ 154,4 bilhões, ou seja, pouco mais de 12% dos R\$ 1,26 trilhão que Bolsonaro e Guedes estão dando aos bancos, que exploram a sociedade com juros escorchantes, alcançam lucros bilionários cada vez mais crescentes e pouco ou quase nada têm contribuído para a superação da pandemia.

É incrível como o governo Bolsonaro trata com desprezo e até certo ódio as camadas da sociedade que mais necessitam da proteção do Estado. O socorro às micro, pequenas e médias empresas continua emperrado. As falências se multiplicam e o desemprego avança. Para Bolsonaro e Guedes, a economia que eles tanto dizem defender se resume aos lucros dos mais ricos. Governança plutocrata. O ultraliberalismo leva, inevitavelmente, à plutocracia.

 **SAQUE** | Rogaciano Medeiros

UMA MERRECA Detalhe importante. As três parcelas do auxílio emergencial de R\$ 600,00 cada, pagas na maior pirraça e humilhação a 79,9 milhões de brasileiros que necessitam da ajuda do Estado para sobreviver na pandemia, vão custar R\$ 154,4 bilhões. Esse valor representa apenas 12% da “ajuda” de R\$ 1,26 trilhão que Bolsonaro e Guedes estão dando aos bancos. Plutocracia.

É..., FINALMENTE Enfim uma ação institucional para moralizar a distribuição da verba de publicidade do governo, que sempre foi feita com base política e ideológica. A PFDC (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão) pediu ao MPF que investigue o secretário de Comunicação Fábio Wajngarten e obrigue a Secom a adotar critérios técnicos no plano de mídia.

ARMA PODEROSA A lei define claramente critérios técnicos para a distribuição das verbas publicitárias oficiais. E os governos, bem ou mal, sempre cumpriram. Mas, Bolsonaro transformou tão influente ferramenta em arma política. Quem não o apoiar incondicionalmente não recebe nada. Estranho é que as instituições e os próprios meios de comunicação nunca reagiram à altura.

QUE NÍVEL! Inacreditável. Enquanto técnicos capacitados saem em grupo do Ministério da Saúde por causa da imposição de Bolsonaro para a prescrição massiva da cloroquina, as vagas são ocupadas por militares e, o que é pior, até por advogado de miliciano. Indicado a uma assessoria, Zoser Plata de Araújo defendeu um ex-PM condenado pelo assassinato da juíza Patrícia Acioli.

PRISÃO NELES Onde estão o MPF, o STF, a polícia e outros órgãos? Criminosamente, supostos pastores evangélicos “vendem” cura milagrosa para Covid-19. Aproveitam a pandemia para roubar pobres fiéis. Valdemiro Santiago, da Mundial, impõe a compra de semente de feijão “abençoado” por R\$ 1 mil e RR Soares, da Graça de Deus, água curativa. Impunemente. Um escândalo.



Humilhação no pagamento do auxílio emergencial. Prova do desprezo do governo Bolsonaro pelo povo

Extrema pobreza deve crescer no pós-pandemia

DIANTE de uma política incapaz de gerar emprego, o número das famílias brasileiras que se encontram em dificuldades só faz crescer. De acordo com dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, 170 mil pessoas ingressaram na extrema pobreza em 2019. Com a pandemia do coronavírus, a taxa tende a aumentar este ano.

Segundo a pesquisa do IBGE, 6,7% da população, ou 13,8 milhões de pessoas, vivem com menos de US\$ 1,90 por dia, quantidade mínima para considerar na faixa da extrema pobreza. Apesar da elevação do PIB (Produto Interno Bruto) em 2018 e 2019, o índice de pessoas vivendo com o mínimo



Pandemia deve empurrar milhões para a pobreza

não diminuiu. Prova da desigualdade social e da absurda concentração de renda.

Outros fatos que contribuíram para o crescimento da extrema pobreza foram os cortes, feitos pelo governo Bolsonaro, nos programas sociais, principalmente o Bolsa Família. O quadro deve piorar em 2020, diante da pandemia do coronavírus. Em julho, quando acaba o auxílio emergencial, o país verá o crescimento acelerado do número de pobres e vulneráveis, sem o mínimo para sobreviver.